

Entre

- A Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ)

e

- A Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (EPFD-UCP)

É celebrado o seguinte **PROTOCOLO**:

Considerando que:

- Nos termos do disposto no artigo 12.º, n.º 10, da Lei n.º 22/2013, de 26 de Fevereiro, os Administradores Judiciais estão obrigados a frequentar as ações de formação contínua definidas pela CAAJ (a entidade referida no seu artigo 31.º, criada pela Lei n.º 77/2013, de 21 de Novembro);
- Nos termos da mesma disposição, compete à CAAJ estabelecer os protocolos que julgue necessários;
- Da discussão pública dos modelos formativos dos Administradores Judiciais, e dos princípios apresentados em reunião do órgão de gestão da CAAJ em 23 de Dezembro de 2016, resulta que esta formação deverá basear-se na credenciação de módulos em ofertas formativas pré-existentes (mestrados, pós-graduações, etc.) e no desenvolvimento de ofertas formativas específicas;
- A EPFD-UCP tem nos seus quadros docentes especialistas em matéria de Direito da Insolvência e realizando anualmente cursos, de diferentes níveis, sobre matérias atinentes às insolvências e recuperação de empresas;
- A EPFD-UCP está particularmente vocacionada para desenhar, nos termos a acordar com a CAAJ, programas específicos de formação para os Administradores Judiciais e para admitir estes à frequência dos módulos mais avançados das suas ofertas formativas pré-existentes;



## **ACORDAM A CAAJ E A EPFD-UCP NO SEGUINTE:**

### **Cláusula Primeira**

Anualmente, a CAAJ e a EPFD-UCP definirão por acordo um conjunto de ofertas formativas – dentro das pré-existentes, ou criadas à medida – que serão disponibilizadas por este aos Administradores Judiciais que nelas se inscrevam, bem como os encargos a suportar por cada um dos inscritos e pela CAAJ.

### **Cláusula Segunda**

A EPFD-UCP compromete-se a controlar a presença e participação dos Administradores Judiciais nas ofertas formativas que disponibilizar, quer elas sejam específicas, quer sejam integradas em ofertas formativas disponibilizadas ao público em geral, e a dar disso conhecimento à CAAJ.

### **Cláusula Terceira**

Independentemente dos modelos de cooperação institucional previstos nas anteriores cláusulas, a CAAJ compromete-se a definir, por acordo com a EPFD-UCP, uma equivalência entre as ofertas formativas pré-existentes nesta e as horas de formação obrigatória que vierem a ser estabelecidas para os Administradores Judiciais por regulamento da CAAJ, de modo a incentivar a participação voluntária destes nessas formações.

### **Cláusula Quarta**

1. O presente Protocolo renova-se anualmente se não for denunciado por qualquer das partes com três meses de antecedência em relação à data de cada aniversário da sua celebração.
2. A comunicação prevista no artigo anterior poderá ser feita por carta registada ou para os endereços eletrónicos dos pontos de contato de cada parte, estabelecidos em anexo.

O presente protocolo é celebrado em Lisboa, aos 15 de novembro de 2017.

CAAJ  
Presidente



(Hugo Lourenço)

EPFD-UCP  
Presidente da Direção



(Manuel Fontaine Campos)